

Editorial N.22

Sérgio Carrara

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Medicina Social
Departamento de Políticas e Instituições de Saúde
Rio de Janeiro, Brasil

> scarrara1@gmail.com

Claudia Mora

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Medicina Social
Departamento de Políticas e Instituições de Saúde
Rio de Janeiro, Brasil

> claudiamoraca@hotmail.com

Sílvia Aguião

Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM
Rio de Janeiro, Brasil

> saguiao@gmail.com

Contendo dezesseis artigos e uma resenha, o presente número de *Sexualidade, Saúde e Sociedade* oferece à leitura um amplo leque de reflexões e pesquisas desenvolvidas por investigadoras/es situadas/os em diferentes países latino-americanos (México, Colômbia, Brasil, Chile e Argentina), ou que, desde o contexto norte-americano, abordam questões de gênero e sexualidade na região.

Além de artigos submetidos ao fluxo regular da revista, neste número divulgamos mais um Dossier temático, intitulado *Masculinidades*. Sob a responsabilidade dos editores convidados Francisco Aguayo e Marcos Nascimento, os artigos contidos no Dossier foram igualmente submetidos ao processo de revisão por pares, segundo as normas da Revista. E os editores convidados nos brindam com extensa apresentação, na qual fazem um balanço de duas décadas de estudos sobre homens e masculinidades na América Latina e apontam seus principais desafios e avanços. De modo geral, os artigos do Dossier revisitam temas “clássicos” de tais estudos (violência, divisão sexual do trabalho, homofobia etc.), que são investigados desde uma perspectiva crítica, em forte diálogo com perspectivas feministas. Em conjunto, colocam em relevo as tensões conceituais, éticas e políticas que subjazem à noção de patriarcado, enfatizando a relacionalidade, a multidimensionalidade e a diversidade ou pluralidade das experiências masculinas latino-americanas. Em jogo, como se pode constatar a partir de sua leitura, está o próprio sentido de estudar os homens enquanto sujeitos de gênero.

Os sete outros artigos publicados neste número, somados à resenha, colocam-se em marcado contraponto aos que foram enfileirados no Dossier. A partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, todos abordam aspectos cruciais da vida sexual e reprodutiva das mulheres – menopausa, menstruação, prazer sexual, aborto, gravidez – e o modo como tais aspectos vêm sendo regulados pelas ciências da sexualidade, como no caso do trabalho de Patricio Simonetto, ou no âmbito de políticas desenvolvidas por Estados nacionais, como no caso do artigo de Tabbush, Díaz, Trebisacce e Keller. Centrando-se no recente contexto político argentino, Tabbush e colegas oferecem elementos importantes para pensarmos sobre as vicissitudes do processo de afirmação dos direitos sexuais e reprodutivos no continente. De um lado, comparando a implementação de agendas relativas ao chamado casamento igualitário, ao direito à identidade de gênero e ao direito ao aborto naquele país, aprofundam a compreensão sobre o modo diferencial ou desigual pelo qual se dá a afirmação de tais direitos. De outro lado, descrevem como tal processo difere significativamente daquele que ocorre no chamado Norte Global.

Já a regulação dos corpos femininos através da ciência encontra um exemplo bastante instigante no trabalho etnográfico de Feltrin e Velho, que exploram o modo como a menopausa é “tratada” em um hospital-escola brasileiro. As autoras mostram como, no entrecruzamento de discursos médicos, psicológicos e farma-

cêuticos sobre a menopausa, permanecem “visões do corpo feminino como doente, problemático ou pecaminoso”. Em movimento oposto, Felitti explora como os significados sociais atribuídos à menstruação (geralmente negativos como os da menopausa) serão impactados e alterados por discursos anticapitalistas, preocupados com a preservação do meio ambiente. A autora discute, sobretudo, o modo como tais discursos positivam a menstruação e o sangue menstrual, incorporando-se em novos produtos destinados a contê-lo (*toallas de tela e copas menstruales*), considerados ecologicamente “corretos”. Não deixa, entretanto, de apontar para a potencialidade de que seu uso se transforme em uma obrigação, responsabilizando-se assim as mulheres pela preservação do planeta.

Cabe destacar que vários artigos que integram este número, além de desenvolverem análises estimulantes acerca das representações e dos discursos sobre a sexualidade feminina e a saúde da mulher, suscitam reflexões sobre os desafios metodológicos particulares a esse tipo de pesquisas. Observamos que práticas sociais revestidas de julgamentos morais ou que são criminalizadas precisam de abordagens empíricas recursivas, sensíveis e complementares. No que diz respeito às práticas que são alvo de julgamento moral, a análise de Cerón Hernández ilustra como experiências e significados em torno do prazer sexual feminino são compartilhados de modos distintos, segundo o acionamento de diferentes dispositivos metodológicos (grupo de discussão e história oral), revelando as tensões sociais e individuais vinculadas à incorporação do ideário da igualdade sexual entre mulheres universitárias. Ainda na linha da visibilização de representações e discursos sobre a sexualidade feminina, Felitti consegue reconstruir, através da observação participante em espaços de mercado e militância, representações e percepções em torno da menstruação entre mulheres de camadas médias de Buenos Aires. Decerto, os trabalhos referidos sentam bases relevantes para relativizar as experiências sexuais, bem como suas implicações sociais e no plano da saúde sexual e reprodutiva.

Combinando metodologias quantitativas e qualitativas, o artigo de Gallego Montes e Aguirre, de um lado, e o de Milanez e colegas, de outro, abordam narrativas femininas sobre iniciação homoerótica e sobre o aborto, ou seja, também refletem sobre temas bastante sensíveis do ponto de vista da trajetória sexual e reprodutiva das mulheres, uma vez que cada um a seu modo coloca em questão as convenções sociais que justapõem feminilidade, desejo heterossexual e maternidade. Gallego Montes e Aguirre trabalham sobre a emergência do desejo e a iniciação sexual entre mulheres com práticas homoeróticas, um terreno que, sendo muito menos explorado, é crucial para a saúde sexual das mulheres (Barbosa & Koyama, 2006). A análise das trajetórias sexuais a partir de métodos quantitativos envolvendo coortes etárias distintas revela como tais experiências são permeáveis a diferentes contextos sócio-históricos, sendo cada vez mais “precoces” entre as

mulheres mais jovens. Desta forma, a distinção entre o desejo e as práticas sexuais permitiu identificar relevantes diferenças geracionais relativas ao peso da heteronormatividade em contraposição à possibilidade de expressão do homoerotismo no início das trajetórias sexuais.

Por sua vez, Milanez e colegas retomam a discussão sobre aborto e gravidez indesejada a partir de pesquisa desenvolvida junto a puérperas assistidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro em uma importante região metropolitana do país. As autoras lançam mão de uma abordagem populacional inicial para posteriormente interpretar as narrativas de mulheres brasileiras, discutindo os complexos dilemas éticos que enfrentam em face de uma gravidez não desejada, bem como os aspectos sociais e morais envolvidos na decisão por abortar. Ambos os trabalhos trazem contribuições significativas para a reflexão sobre a saúde sexual das mulheres e para as políticas públicas que buscam promovê-la.

Gira igualmente sobre aborto a resenha que publicamos neste número. Helena Lermen, em suas considerações sobre o livro *Investigación sobre aborto en América Latina y el Caribe: una agenda renovada para informar políticas públicas e incidencia* (Ramos, 2015), aponta as evidentes lacunas na produção de conhecimentos a respeito do tema na região, em função de a criminalização do aborto terapêutico (quando a vida da mulher está em risco) acontecer em apenas sete países. Nesse sentido, cabe frisar as dificuldades e os limites para se obter um panorama acurado sobre a experiência do aborto e suas implicações para as trajetórias femininas, dadas a criminalização e a censura social que cercam tal prática (Diniz & Medeiros, 2012; Heilborn et al., 2012).

Como é bem sabido, a epidemia de zika em curso na região e sua associação com uma síndrome congênita vêm levantando múltiplas questões no plano da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, quais sejam: o acesso a métodos anticoncepcionais seguros e adequados, a oferta de um pré-natal de qualidade, e a legalização do aborto. Decerto, estamos diante de um cenário regional de avaliação e potencial renovação da discussão pública e de engajamento nas pesquisas que visem promover respostas adequadas às necessidades e às decisões das mulheres, fundamentadas no ideário dos direitos humanos.

Em suma, os trabalhos apresentados no presente número de *Sexualidade, Saúde e Sociedade*, além de contribuírem para os estudos sobre masculinidades latino-americanas, trazem elementos relevantes para contextualizar as experiências sexuais, particularmente no universo feminino, bem como discutir suas implicações sociais no plano da saúde sexual e reprodutiva.

Referências bibliográficas

- HEILBORN, M. L. 2012. “Heterossexualidades, contracepção e aborto: uma pesquisa em quatro capitais latino-americanas”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*. Nº 12, p. 127-134.
- BARBOSA, R. & KOYAMA, M. 2006. “Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*. Julho 2006. Nº 22 (7), p. 1511-1514.
- DINIZ, D. & MEDEIROS, M. 2012. “Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras”. *Ciênc. Saúde Coletiva*. Vol. 17, nº 7 [on-line]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000700002>. [Acesso em 14.04.2016].
- RAMOS, S. (Ed.). 2015. *Investigación sobre aborto en América Latina y el Caribe: una agenda renovada para informar políticas públicas e incidencia*. 1ª ed. Buenos Aires: Cedes.